

Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Molinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS

Encantado - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	1.505.448	1.304.362	CIRCULANTE	251.864	231.558
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	5.147	5.190	DEPÓSITOS (NOTA 12)	121.032	102.787
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	256.258	313.190	Depósitos à Vista	98.422	79.497
Carteira Própria	256.258	313.190	Depósitos Interfinanceiros	1.179	1.011
			Depósitos a Prazo	21.431	22.279
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.017.518	775.906	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	66.245	64.776
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6	10	Repasse Interfinanceiros	66.245	64.776
Depósitos no Banco Central	414	-			
Correspondentes no país	165	98	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.645	1.367
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	1.016.933	775.798	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.645	1.367
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	204.904	191.473	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	13.111	13.148
Operações de Crédito	246.593	228.585	Empréstimos País - Outras Instituições	13.111	13.148
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(41.689)	(37.112)			
OUTROS CRÉDITOS	21.556	18.543	OUTRAS OBRIGAÇÕES	49.831	49.480
Créditos por Avals e Fianças Honorados	137	104	Cobrança e Arrecadação de Tributos	116	42
Rendas a Receber	1.851	1.926	Sociais e Estatutárias	4.488	3.679
Créditos Específicos	189	172	Fiscais e Previdenciárias	1.384	1.365
Diversos (NOTA 08)	20.383	17.073	Diversas (NOTA 15)	43.843	44.394
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.004)	(732)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	65	60			
Outros Valores e Bens	3.883	3.735			
(Provisão para desvalorização)	(3.861)	(3.707)			
Despesas Antecipadas	43	32			
NÃO CIRCULANTE	204.332	164.768	NÃO CIRCULANTE	1.101.884	937.301
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	204.332	164.768	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.101.884	937.301
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.145	1.776	DEPÓSITOS (NOTA 12)	1.094.495	933.552
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.145	1.776	Depósitos a Prazo	1.094.495	933.552
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	123.882	86.625	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	7.389	3.749
Operações de Crédito	162.176	116.655	Repasse Interfinanceiros	7.389	3.749
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(38.294)	(30.030)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	2	1			
Diversos	2	1			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	34.503	34.503	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	356.032	300.271
Outros Investimentos	34.503	34.503	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	135.989	114.945
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	38.012	36.330	De Domiciliados no País	136.053	114.984
Imóveis de Uso	30.943	5.101	(Capital a Realizar)	(64)	(39)
Outras Imobilizações de Uso	15.187	37.819			
(Depreciação acumulada)	(8.118)	(6.590)	RESERVAS DE SOBRES	199.716	164.352
INTANGÍVEL (NOTA 11)	5.788	5.533	SOBRES OU PERDAS ACUMULADAS	20.327	20.974
Outros Ativos Intangíveis	11.312	9.665			
(Amortização acumulada)	(5.524)	(4.132)			
TOTAL DO ATIVO	1.709.780	1.469.130	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.709.780	1.469.130

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	57.533	-	57.533	120.671	-	120.671	132.596	-	132.596
Operações de Crédito	44.377	-	44.377	87.592	-	87.592	91.800	-	91.800
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	13.156	-	13.156	33.079	-	33.079	40.792	-	40.792
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	4	-	4
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(50.977)	(218)	(51.195)	(114.307)	(397)	(114.704)	(129.462)	(298)	(129.760)
Operações de Captação no Mercado	(39.072)	(60)	(39.132)	(89.426)	(105)	(89.531)	(103.604)	(59)	(103.663)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.157)	(158)	(2.315)	(4.689)	(292)	(4.981)	(5.651)	(239)	(5.890)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.748)	-	(9.748)	(20.192)	-	(20.192)	(20.207)	-	(20.207)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.556	(218)	6.338	6.364	(397)	5.967	3.134	(298)	2.836
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	15.088	4.676	19.764	41.570	8.877	50.447	49.358	7.843	57.201
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.461	7.135	11.596	8.763	13.325	22.088	8.187	10.386	18.573
Rendas de Tarifas Bancárias	2.371	-	2.371	4.716	-	4.716	3.924	-	3.924
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.580)	(1.156)	(16.736)	(31.167)	(1.988)	(33.155)	(29.682)	(1.269)	(30.951)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(8.661)	(955)	(9.616)	(16.928)	(1.668)	(18.596)	(16.014)	(1.231)	(17.245)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(42)	(282)	(324)	(86)	(526)	(612)	(47)	(405)	(452)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	39.947	314	40.261	93.360	347	93.707	109.194	722	109.916
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.408)	(380)	(7.788)	(17.088)	(613)	(17.701)	(26.204)	(360)	(26.564)
RESULTADO OPERACIONAL	21.644	4.458	26.102	47.934	8.480	56.414	52.492	7.545	60.037
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(129)	23	(106)	(289)	47	(242)	(1.754)	6	(1.748)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	21.515	4.481	25.996	47.645	8.527	56.172	50.738	7.551	58.289
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.168	1.168	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	688	688	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	480	480	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	21.515	5.649	27.164	47.645	8.527	56.172	50.738	7.551	58.289
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	8.527	(8.527)	-	7.551	(7.551)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	21.515	5.649	27.164	56.172	-	56.172	58.289	-	58.289
DESTINAÇÕES	-	-	-	(35.845)	-	(35.845)	(37.315)	-	(37.315)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.709)	-	(8.709)	(8.289)	-	(8.289)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.259)	-	(2.259)	(2.330)	-	(2.330)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(22.586)	-	(22.586)	(23.305)	-	(23.305)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.291)	-	(2.291)	(3.391)	-	(3.391)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	20.327	-	20.327	20.974	-	20.974

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	95.637	128.531	18.250	242.418
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	9.071	-	(9.071)	-
Destinações para reservas	-	9.125	(9.125)	-
Outras destinações	-	-	(54)	(54)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.457	-	-	4.457
Baixas de capital	(2.400)	-	-	(2.400)
Resultado do período	-	-	58.289	58.289
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.330)	(2.330)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.305	(23.305)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.180	-	(8.289)	(109)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.391	(3.391)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	114.945	164.352	20.974	300.271
Mutações do Período	19.308	35.821	2.724	57.853
Saldos no início do período em 01/01/2017	114.945	164.352	20.974	300.271
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	10.427	-	(10.427)	-
Destinações para reservas	-	10.487	(10.487)	-
Outras destinações	-	-	(60)	(60)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.423	-	-	5.423
Baixas de capital	(3.426)	-	-	(3.426)
Resultado do período	-	-	56.172	56.172
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.259)	(2.259)
Reserva Legal - Estatutária	-	22.586	(22.586)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.620	-	(8.709)	(89)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.291	(2.291)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	135.989	199.716	20.327	356.032
Mutações do Período	21.044	35.364	(647)	55.761
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	126.434	174.839	29.008	330.281
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.777	-	-	2.777
Baixas de capital	(1.842)	-	-	(1.842)
Resultado do período	-	-	27.164	27.164
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.259)	(2.259)
Reserva Legal - Estatutária	-	22.586	(22.586)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.620	-	(8.709)	(89)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.291	(2.291)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	135.989	199.716	20.327	356.032
Mutações do Período	9.555	24.877	(8.681)	25.751

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS
CNPJ/MF nº 89.126.130/0001-89

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.520	71.253	72.635
Resultado do exercício	27.164	56.172	58.289
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.356	15.081	14.346
Provisão para operações de crédito	4.764	12.841	12.820
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1	155	1.641
Provisão para desvalorização de outros créditos	154	272	146
Depreciação do imobilizado de uso	1.231	2.210	915
Amortização do intangível	693	1.392	847
Baixas do ativo permanente	36	54	61
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	10	11	(227)
Destinações ao FATES	(2.259)	(2.259)	(2.330)
Dividendos SicrediPar	(274)	405	473
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	118.024	173.582	7.656
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(376)	(369)	(769)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	76.760	56.932	(135.271)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.849	4	1.596
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(413)	(414)	31
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(57)	(67)	47
(Aumento) em operações de crédito	(29.958)	(63.529)	(3.840)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	1.967	5.110	4.673
(Aumento) Redução em outros créditos	(2.063)	(3.692)	1.105
(Aumento) Redução em outros valores e bens	213	(159)	(1.635)
Aumento em depósitos	59.671	179.186	135.796
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	1.033	278	(245)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses	(809)	(37)	(3.006)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(565)	(1.536)	(1.945)
Aumento em outras obrigações	7.772	1.875	11.119
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	149.544	244.835	80.291
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.379)	(3.944)	(20.023)
Aplicações no Intangível	(964)	(1.647)	(1.586)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.343)	(5.591)	(21.609)
Integralização de capital	2.777	5.423	4.457
Baixa de capital	(1.842)	(3.426)	(2.400)
Juros ao capital próprio	(89)	(89)	(109)
Distribuição de Sobras	-	(60)	(54)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	846	1.848	1.894
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	148.047	241.092	60.576
Caixa e equivalente de caixa no início do período	874.033	780.988	720.412
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	1.022.080	1.022.080	780.988

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 02/07/1982 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	57.201	-	57.201
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(17.256)	11	(17.245)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(26.553)	(11)	(26.564)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	5.147	5.190
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	1.016.933	775.798
Total	1.022.080	780.988

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.145	1.776
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.145	1.776
Total realizável a longo prazo	2.145	1.776

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
FI Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV	20.812	99.509
FI Renda Fixa Crédito Privado Sicredi Coop	235.446	213.681
Total circulante	256.258	313.190

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	166.528	140.526	307.054	252.564
Financiamentos	14.621	13.871	28.492	24.793
Financiamentos rurais e agroindustriais	65.444	7.779	73.223	67.883
Carteira total	246.593	162.176	408.769	345.240

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	137	-	137	104
Títulos e créditos a receber (i)	16.712	2	16.714	13.196
Total	16.849	2	16.851	13.300

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	60.105	48.734	301	244
Nível B	1,00	54.124	51.252	541	513
Nível C	3,00	28.250	27.462	848	824
Nível D	10,00	159.958	122.416	15.996	12.242
Nível E	30,00	64.525	53.446	19.358	16.034
Nível F	50,00	21.730	31.526	10.865	15.763
Nível G	70,00	14.929	5.401	10.450	3.781
Nível H	100,00	21.999	18.303	21.999	18.303
Total (i)		425.620	358.540	80.358	67.704

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 629 (2016 - R\$ 170).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.514	39.314	55.042	79.141	175.011	153.880
Rural	76	4.245	61.123	7.779	73.223	67.883
Industrial	165	12.424	20.289	26.821	59.699	40.853
Comércio	94	13.739	22.566	30.306	66.705	47.621
Outros Serviços	232	12.014	20.605	18.131	50.982	48.303
Total	2.081	81.736	179.625	162.178	425.620	358.540

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	79.055	18,57	48.960	13,66
50 devedores seguintes	62.607	14,71	58.161	16,22
100 devedores seguintes	46.885	11,02	41.416	11,55
Demais	237.073	55,70	210.003	58,57
Total	425.620	100	358.540	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016
Saldo inicial	67.874	54.908
Constituição de provisão	20.192	20.207
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.079)	(7.241)
Saldo final	80.987	67.874

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.394 (2016 - R\$ 6.122), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 33.883 (2016 - R\$ 7.714).

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 195.932 (2016 - R\$ 191.640) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 23). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 - Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e compõem o montante de R\$ 15.428 (2016 - 15.934) conforme Nota 15.

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	80	76
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.552	2.729
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	33
Devedores por depósitos em garantia	32	39
Impostos e contribuições a compensar	715	558
Títulos e créditos a receber (ii)	16.712	13.195
Valores honrados	13	51
Operações com cartões	47	74
Pendências a regularizar	9	4
Outros	223	314
Total Circulante	20.383	17.073

Títulos e créditos a receber (ii)	2	1
Total realizável a longo prazo	2	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	3.861	3.707
Imóveis	3.164	2.956
Veículos e afins	136	200
Bens em regime especial	561	551
Material em estoque	22	28
Despesas antecipadas	43	32
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(3.861)	(3.707)
Total Circulante	65	60

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 3.861 (2016 - R\$ 3.707) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	19.507	19.507
Sicredi Participações S.A.	14.995	14.995
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	34.503	34.503

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	4.861.754 ON	4.861.754 ON	1	1	19.507.016	19.507.016
	10.132.814 PN	10.132.814 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,71%	1,72%	0,61%	0,63%	5,56%	5,56%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	14.995	14.995	1	1	19.507	19.507

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	46.130	(8.118)	38.012	36.330
Imobilizações em curso	-	299	-	299	28.117
Terrenos	-	3.958	-	3.958	3.958
Edificações	4%	26.985	(1.551)	25.434	499
Instalações	10%	2.973	(1.013)	1.960	1.139
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.065	(2.175)	3.890	1.231
Sistema de comunicação	10%	246	(106)	140	35
Sistema de processamento de dados	20%	4.168	(2.511)	1.657	1.038
Sistema de segurança	10%	970	(389)	581	233
Sistema de transporte	20%	466	(373)	93	80
Intangível (i)		11.312	(5.524)	5.788	5.533
Investimentos Confederação		11.312	(5.524)	5.788	5.533
Total		57.442	(13.642)	43.800	41.863

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	98.422	-	-	98.422	79.497
Depósitos Interfinanceiros	1.179	-	-	1.179	1.011
Depósitos a prazo	20.935	496	1.094.495	1.115.926	955.831
Total	120.536	496	1.094.495	1.215.527	1.036.339

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	65.582	63.169
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	65.582	63.169
Outros Recursos	663	1.607
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	663	1.607
Total circulante	66.245	64.776

Recursos do Crédito Rural	7.389	3.137
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.389	3.137
Outros Recursos	-	612
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	612
Total exigível a longo prazo	7.389	3.749

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10,75% a.a. com vencimentos até 15/11/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	13.111	13.148
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	13.111	13.148
Total circulante	13.111	13.148

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	885	1.280
Obrigações por convênios oficiais	1	-
Despesas de Pessoal	8.922	9.211
Outras despesas administrativas	808	2.025
Outros pagamentos	308	274
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	53	42
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	15.428	15.934
Operações com cartões	16.149	12.407
Demais fornecedores	542	2.421
Credores diversos	738	796
Pendências a regularizar	9	4
Total circulante	43.843	44.394

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	30	13	(3)	40
Cível	12	53	(52)	13
Total	42	66	(55)	53

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	40	30
Cível	Provável	13	12
Total		53	42

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 330 e R\$ 203 (2016 - R\$ 250 e R\$ 0), respectivamente.

A Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS) lavrou Auto de Lançamento em face da Cooperativa pela suposta ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação, tramitando junto ao SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 203, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	135.989	114.945
Total de associados	61.038	57.786

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 21.044 (2016 – R\$ 19.308), sendo R\$ 19.047 (2016 – R\$ 17.251) via integralização de resultados e R\$ 5.423 (2016 – R\$ 4.457), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.426 (2016 – R\$ 2.400).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7% em Conta Capital, no montante de R\$ 8.709, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região dos Vales - Sicredi Região dos Vales RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES, a Cooperativa também destinou para a Reserva Legal o valor de R\$ 2.291 (2016 -R\$ 3.391) referente aos valores recuperados de prejuízos dos anos anteriores.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	56.172	58.289
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(23.592)	(24.481)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	42	12
Provisão PPR	62	20
Receita com atos cooperativos	20.011	21.309
Juros sobre capital próprio	3.658	3.481
Outros	(181)	(341)
Subtotal	23.592	24.481
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.145	1.776
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	256.258	313.190
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	1.016.933	775.798
Outros Créditos - Rendas a receber	1.474	1.125
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	2.605	2.915
Investimentos (Nota 10)	34.503	34.503
Intangível (Nota 11)	5.788	5.533
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	1.179	1.011
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	73.634	68.525
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	13.111	13.148
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	16.220	12.250
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	33.079	40.792
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	8.626	6.475
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	84.755	95.189
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	156	65
Operações de Empréstimos e Repasses	4.981	5.890
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.269	1.155
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.684	7.207

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração). As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas nas mesmas condições praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	162	0,16%	322
Depósitos a prazo	13.071	1,17%	11.011
Operações de crédito	3.362	0,82%	2.583

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (diretores e conselheiros de administração). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios e encargos de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores e Conselheiros de Administração:

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.657	3.860

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	711	594
Despesa de aluguéis	1.571	1.425
Despesa de comunicação	1.228	1.031
Despesa de manutenção e conservação	1.304	1.038
Despesa de material	453	368
Despesa processamento dados	245	215
Despesa de promoções e relações públicas	2.330	3.522
Despesa de propaganda e publicidade	302	294
Despesa de seguro	93	90
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.904	1.799
Despesa de serviços de terceiros	576	484
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.296	1.151
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.004	879
Despesa de serviços de transportes	888	826
Despesa de viagem	6	9
Despesa de depreciação	2.209	915
Outras despesas administrativas	2.476	2.605
Total	18.596	17.245

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	2.033	3.023
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	83.101	92.229
Reversão de provisões de coobrigações	1.986	7.986
Reversão de provisões de pessoal	4.496	3.638
Outras reversões de provisões operacionais	56	302
Outras rendas operacionais	2.035	2.738
Total	93.707	109.916

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.315	2.761
Contribuição O.C.E.	109	95
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	329	314
Contribuição Confederação Sicredi	5.465	4.128
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	719	728
Encargos da administração financeira	472	523
Repasse administradora de Cartões	616	621
Depreciação e amortização	1.392	855
Provisões de Coobrigações	2.219	13.331
Provisões impostos folha	1.710	1.591
Outras provisões operacionais	66	64
Outras despesas operacionais	1.289	1.553
Total	17.701	26.564

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	195.932	191.640
Total	195.932	191.640

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	352.062	297.760
Nível I (NI)	352.062	297.760
Capital principal - CP	352.062	297.760
Capital social	135.989	114.945
Reservas de capital	199.716	164.352
Lucros acumulados	20.327	20.974
Ajustes Prudenciais	(3.970)	(2.511)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	895.723	753.698
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.032	1.557
Margem de Capital (i)	256.980	221.775
Índice de Basileia (PR / RWA)	39,30%	39,51%
Situação de Imobilização (Imob)	39.831	39.354
Índice de Imobilização (Imob / PR)	11,31%	13,22%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Roberto Scorsatto
Diretor Executivo
CPF: 503.430.330-20

Vitor Antônio Fontana
Diretor de Operações
CPF: 765.350.370-53

Fabricao Antonio Tombini
Diretor de Negócios
CPF: 670.182.110-34

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20